

# CULTIVO DO CÂNHAMO NO BRASIL

*Lilian da Rosa\**

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP)

[lilianrosa.rs@gmail.com](mailto:lilianrosa.rs@gmail.com)

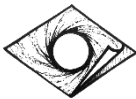
## **Resumo**

O cânhamo, planta da família da *Cannabis*, foi utilizado com diferentes objetivos ao longo da história. O Brasil, por sua vez, também investiu na produção desse cultivo agrícola. Este artigo faz uma retrospectiva sobre algumas tentativas de cultivar cânhamo no Brasil e, diante desta, procura entender as nuances desses investimentos. Para tal, foram consultados uma série de documentos como, atas das empresas, mensagens presidenciais, documentos oficiais dos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, jornais da época, além de pesquisa bibliográfica. Ao final, constatou-se que os primeiros projetos de desenvolvimento do cânhamo foram realizados pela Coroa portuguesa, entre 1740-1824. Mais tarde, entre 1880-1940, ocorreram novas tentativas de investimentos com a participação significativa de particulares.

Palavra-chave: Cânhamo; desenvolvimento econômico; Brasil.

---

\*Doutorado em andamento. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



## **1 Introdução**

O debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico que foi posto em prática no mundo ao longo do século XXI suscitou o ressurgimento do cultivo do cânhamo, planta da família da *Cannabis*, como uma matéria-prima sustentável. Suas fibras podem ser utilizadas na produção de tecido, papel, combustível, entre outros produtos. Inclusive, atualmente se pesquisa a possibilidade de empregá-lo na criação de plásticos biodegradáveis (MCPARTLAND, CLARKE e WATSON, 2000)

A despeito dessas repercussões atuais, a cultura do cânhamo é muito antiga, hipótese assentada em indícios arqueológicos datados com mais de 5000 anos, e, embora os pesquisadores não tenham esclarecido sua procedência exata, é provavelmente originária da Ásia Central (LI, 1974). Com o passar do tempo, a planta se difundiu pelo continente africano e, posteriormente, pelo europeu, primeiro na porção oriental e depois na ocidental. No período das grandes navegações e da revolução Industrial, o cânhamo se tornou um produto importante para os Impérios da época - Reino Unido, Itália, França, Holanda, Alemanha e Espanha - que o utilizavam sobretudo na indústria têxtil e de papel.

Ainda nesse período, a Europa florescia para o comércio de longa distância e para a descoberta de novas ilhas e porções territoriais. Nesse transcurso, os homens levavam consigo todos os artefatos que lhes eram essenciais, bem como os animais e os vegetais que tinham algum valor econômico, social ou cultural. Assim, as plantas de cultivo viajavam e alteravam a vida dos homens. Portanto, não causa surpresa o fato de que as plantas do velho mundo logo chegaram ao novo e – tal como o café, a cana-de-açúcar, a batata, a pimenta, o arroz e o trigo (BRAUDEL, 1995, p. 145) – o cânhamo também participou dessa diáspora.

Registros históricos sugerem que a cultura do cânhamo adentrou a América Portuguesa via projetos de desenvolvimento do próprio Estado português, como uma forma de garantir poder geopolítico e econômico. No último quartel do século XVIII, as minas auríferas sinalizavam falência e, nesse contexto, o incentivo ao plantio do Cânhamo para a fabricação de velas, cordas e tecidos pode ser interpretado como uma tentativa de exploração colonial para garantir novas arrecadações (WEHLING, 2009) (MIRANDA,



2000) (BRANDÃO, 2014) (SAAD, 2013). Em prol desse objetivo a Coroa realizou, no período compreendido entre 1747 a 1824, mais de uma tentativa de cultivo do cânhamo em diferentes espaços do território, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco. A especificidade desses empreendimentos é que todos são caracterizados como projetos do Império português, ainda que a coroa procurasse contar com o apoio dos colonos imigrantes para a realização do cultivo. Contudo, aparentemente, apesar de todos os estímulos da Coroa em relação a esse cultivo, seus esforços não surtiram os efeitos desejados.

Já no final do século XIX e início do XX, o cultivo do cânhamo passou por transformações. Os investimentos e as tentativas de produção tiveram uma participação significativa de investimentos particulares, que visavam atender o mercado e angariar lucros. Empreendimentos comerciais dessa natureza ocorreram em Pernambuco e Rio de Janeiro. Nesse contexto, o cultivo do cânhamo visava a produção de fibras que seriam utilizadas na produção de papel e na produção têxtil, em especial na produção de embalagens e sacarias para empacotar o café, o arroz, entre outros produtos. É claro que essa iniciativa de particulares contou com o apoio do Estado, que doava terras e fornecia incentivo fiscal para isso. Em alguns casos, como em São Paulo, o próprio estado protagonizou projetos dessa natureza. Além disso, nos períodos de crise econômica ou de superprodução do café, representantes dos órgãos oficiais discutiam a necessidade de encontrar novos produtos agrícolas com aceitação internacional que substituíssem a produção cafeeira. Com frequência, o cânhamo aparecia entre os novos produtos considerados.

Diante do quadro exposto, este artigo faz uma retrospectiva sobre as principais tentativas de cultivar cânhamo no Brasil e, diante desta, procura entender as nuances desses investimentos. Para tal, o trabalho está dividido em três seções, além desta introdução. A segunda seção versa sobre os projetos de cultivo realizados pela Coroa Portuguesa. A terceira está dividida em 2 momentos: Primeiro analisa a conjuntura histórica do final do século XIX, que permitiu a manutenção do cânhamo como uma opção econômica. Na sequência, analisa projetos de dupla natureza: ao mesmo tempo que mapeia os incentivos e os projetos desenvolvidos pelo estado, também analisa os projetos realizados por particulares, entre 1890 a 1940.



## **2 Primeiras tentativas**

No Brasil, o estímulo ao cultivo do linho cânhamo teve início quando, em meados do século XVIII, o Império português buscava alternativas para a confecção de tecidos, velas e cordoarias (SAAD, 2013, p. 02). Em um primeiro momento, a Coroa incentivou que empreendimentos particulares se dedicassem ao cultivo e a manufatura do cânhamo na porção meridional do território. O primeiro projeto foi implantado na ilha de Santa Catarina quando o governador Gomes Freire de Andrade recebeu, em 1747, sementes da planta para distribuir entre a população açoriana recém-chegada (WEHLING, 2009, p. 233). Nessa primeira iniciativa, a Coroa tinha dois objetivos: (1) a produção de fibras para abastecer o mercado da Colônia e da Metrópole; (2) fixar a população açoriana recém-chegada naquela região.

Esses imigrantes inicialmente se dedicaram à produção do linho cânhamo, do trigo e da extração de pinheiros (SACHET, 1997, 87). No entanto, diversos fatores contribuíram para que a iniciativa da produção do cânhamo fracassasse. O Vice-Rei Luís de Vasconcelos de Souza, enfatizou os seguintes:

- (a) A dificuldade de adaptação dos colonos, em conjunto com o desinteresse deles nesse tipo de produção;
- (b) As más condições das sementes disponibilizadas;
- (c) Os terrenos impróprios ao cultivo;
- (d) O baixo preço pago pelo produto;
- (e) As dívidas com a Coroa;
- (f) As Cobranças de impostos e o constante recrutamento militar.

Com tantos desestímulos, o projeto de cultivo do cânhamo na ilha de Santa Catarina fracassou, uma vez que os colonos não se inseriram na mesma lógica e, por diversos motivos, abandonaram a produção. No entanto, a Coroa não desistiu desse projeto, transferiu-o para a capitania de São Pedro do Rio Grande em 1764. Por carta, o Vice-Rei determinou ao governador que recebesse Antônio Gonçalves Pereira de Faria, homem que estabeleceria uma fábrica na fazenda da Serra. Para isso, foi posto à sua



disposição 12 ou 15 lavradores e quantos índios fossem necessário para dar início a sementeira. Contudo, novamente o empreendimento não teve êxito (MIRANDA, 2000, p. 143), pois o projeto não rendeu os frutos esperados.

Supõe-se que a Coroa tentou novamente na capitania de Pernambuco. Em correspondência enviada para Lisboa, datada de 13 de janeiro de 1785, o governador da capitania, José César de Meneses, confirmou o recebimento de sementes de linho cânhamo e linho donzela, assim como o de exemplares de uma publicação que tratava dos métodos de cultivo. Ambos seriam distribuídos a pessoas “inteligentes e cuidadosas” residentes em diversas localidades com intuito de conhecer em quais terrenos as sementes se adequariam melhor. Apesar desse documento oficial, não se sabe se as sementes foram de fato doadas aos agricultores; porém, mesmo que cultivadas, sabe-se de outras correspondências entre a colônia e a metrópole que essa tentativa também não cumpriu com o objetivo esperado (ALVES, 2007, p. 39).

Ainda em outro ofício endereçado ao secretário de estado da marinha do Ultramar, Dom Tomas José de Melo afirmou, em 1788, logo que assumiu o governo de Pernambuco, que entrou em contato com os ouvidores das capitanias da Paraíba e de Alagoas e que solicitou informações sobre as sementes de cânhamo que haviam sido remetidas para aqueles lugares com o objetivo de distribuí-las aos lavradores. O ofício indica que, em resposta a sua inquirição, os ouvidores informaram “que naquelas comarcas não se produziu nada, pois as sementes chegaram velhas e podres”. No mesmo ofício, o governador solicitou da Coroa novas sementes em boa qualidade para que fossem redistribuídas aos “mais inteligentes” e “experientes”, os quais poderiam se dedicar a produção do linho (ALVES, 2007).

Alguns meses mais tarde, Dom Tomas de Melo escreveu a Coroa para solicitar mais sementes. Ele alegava que as comarcas novamente as receberam em estado de deterioração. O tom dessa outra correspondência sugere que o então governador se mostrava um tanto quanto desiludido com os insucessos em tornar o cânhamo produtivo, uma vez que, na Capitania de Pernambuco, eram “raríssimas” as pessoas “curiosas” e dispostas a fazer experiências com sementes estranhas (ALVES, 2007, p. 40). Os adjetivos que qualificam esses agricultores tidos como ideais, bem como a distribuição dos manuais técnicos, sugerem que a cultura do linho cânhamo não era tão próxima das



culturas conhecidas na colônia. Ou seja, o desenvolvimento desse cultivo aparentemente exigia que os agricultores se aprimorassem para além das técnicas tradicionais.

Até onde se sabe, essa foi a última tentativa de inserir essa cultura agrícola na região norte da colônia. Depois disso, a Coroa se voltou mais uma vez para as porções meridionais e, um ano mais tarde, em 1799, a Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro enviou para a Provedoria de São Pedro Rio Grande do Sul sementes e modelos de instrumentos a serem distribuídos aos lavradores escolhidos. Também foram encaminhadas aos agricultores instruções sobre a forma de preparo de sementeiras e cultivo do linho cânhamo, com o objetivo de garantir o sucesso do empreendimento (MIRANDA, 2000, p. 143).

Na prática, todas essas tentativas da Coroa em que os seus súditos eram os responsáveis pelo cultivo restaram infrutíferas. Apesar dos esforços do governo, os colonos não dispuseram tempo e dedicação à essa cultura agrícola. Essa falta de interesse provavelmente ocorreu por motivações regionais. No caso do Norte, voltado para a monocultura da cana-de-açúcar em modelo de *plantation*, é possível que a estrutura social e econômica secular impediu que o cânhamo fosse inserido como cultivo agrícola, dado que quase todas as terras eram utilizadas exclusivamente para o cultivo da cana. No caso da região Sul, em especial da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, parte do corpo social começava a se dedicar a economia da pecuária, uma atividade que também estava estruturada em grandes extensões territoriais e se mostrava economicamente vantajosa. Ao mesmo tempo, a necessidade de trânsito dos peões produzia uma sensação de liberdade em seu imaginário. Um terceiro fator, comum a todos, que ajudam a elaborar hipóteses para a resistência dos colonos ao cultivo do cânhamo, está diretamente relacionada as condições em que as sementes eram distribuídas, muitas vezes já improdutivas devido ao armazenamento precário ao longo da viagem atlântica. É possível que, diante destas condições, qualquer outra prática agrícola melhor estruturada era mais rentável e, por isso, atraía a atenção dos agricultores.

Apesar de todos esses reveses, a Coroa não abandonou o projeto e, alguns anos mais tarde, o estado se tornou o principal responsável pelo empreendimento. A Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul foi de novo escolhida para levar o negócio a cabo. Possivelmente, a escolha da porção meridional se devia a propósitos geopolíticos, já que



a agricultura do cânhamo contribuiria para que o estado português aumentasse sua presença em uma região de fronteira (WEHLING, 2009, p. 7), que historicamente sempre foi disputada com o governo espanhol. Neste contexto, em 28 de julho de 1783, o vice-rei Marquês de Lavradio sancionou um decreto que fundava a Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFC). Sua implantação foi no rincão de Canguçu,<sup>2</sup> próximo a lagoa dos patos, pois facilitaria o transporte e o escoamento da produção para o Rio de Janeiro.

No início, a feitoria era administrada pelo padre Francisco Rodrigues Prates Xavier, que contava com uma equipe de apoio. Entre os membros dessa equipe estavam os irmãos, e soldados do Regimento de Bragança, João e Mathias Martins, já experientes em lavouras de cânhamo na Europa (JOHANN, 2010, p. 13). O empreendimento se dava nos moldes de um típico regime de *plantation* e contava com aproximadamente 20 casais de cativos, pertencentes a fazenda real de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. “Com esse estabelecimento, o governo metropolitano objetivava desenvolver a cultura do cânhamo e, ao mesmo tempo, criar um centro produtor de sementes, a partir do qual a cultura fosse disseminada entre os lavradores privados” (MIRANDA, 2000, p. 143). Ou seja, os esforços da Feitoria se concentravam no plantio, não na produção de cordoarias, de tecidos ou de qualquer tipo de material beneficiado, salvo algumas experiências (MENZ, 2005, p. 141).

Nos primeiros anos, o cânhamo era cultivado de forma intermitente. Em 1786, por exemplo, a Feitoria contava com 50 alqueires de sementes de linho e 3 1/4 de linho “donzela”, colhido para preparar as sementeiras (MENZ, 2003, p. 7). No ano de 1788, a Real Feitoria ganhou um novo inspetor, Antônio José M. M. Sarmento. Durante sua administração, ele optou por transferir o estabelecimento para o Faxinal do Courita, próximo de Porto Alegre e do Rio dos Sinos, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção. Além disso, ele também recebeu 53 escravos - 12 homens e 39 mulheres - confiscados<sup>3</sup> de contrabandistas, o que contribuiu para um aumento na produção. O rendimento anual passou de 111 arrobas em 1785 para 329 arrobas e 16 libras no ano de

---

<sup>2</sup> Nesse período Canguçu era freguesia de Rio Grande.

<sup>3</sup> Escravos de confisco: aqueles que a Coroa confiscava de alguma espécie ilegal de contrabando e tornava-os patrimônio da Coroa.



1789. Grande parte do cânhamo produzido foi enviado para o Rio de Janeiro (MENZ, 2005, p. 145).

A historiografia diverge sobre os motivos que levaram a mudança de local da Real Feitoria. Uma primeira corrente afirma que em poucos anos a produção do linho cresceu e o espaço físico em Canguçu já não era suficiente para comportar a área cultivada e o rebanho bovino pertencente a Feitoria. Diante desse quadro, seus administradores optaram pela transferência para outra região com mais espaço e que atendesse as demandas que o empreendimento necessitava (WEHLING, 2009). Outra corrente vai na linha oposta e ressalta que, na verdade, os motivos que causaram a transferência para o Faxinal do Courita foi o fracasso do empreendimento devido à má qualidade do solo do rincão de Canguçu, considerado impróprio para a produção do cânhamo (MENZ, 2005). Uma terceira corrente ressalta os aspectos políticos como os responsáveis, uma vez que Canguçu se situava em região muito próxima à fronteira e, portanto, mais suscetível a ataques inimigos. De acordo com essa opinião, a mudança de local foi uma estratégia para proteger o empreendimento (SILVA, 1999, p. 130).

A Real Feitoria do Linho Cânhamo funcionou por cerca de 40 anos. Em 1824, o estabelecimento foi extinto por decisão do governo imperial brasileiro e suas terras foram destinadas aos imigrantes alemães que ali chegaram naquele ano. De certo modo, o novo momento político caracterizado pelo Império brasileiro (1822-1889) priorizava outros projetos políticos e econômicos e a Real Feitoria aparentemente não se incluía nestes. Os escravos existentes, possivelmente, foram enviados ao Rio de Janeiro (MENZ, 2005). Os motivos de seu fechamento não são consensuais. Segue alguns deles:

- (a) Os solos impróprios e a inexperiência no cultivo do cânhamo, aliado a falhas administrativas;
- (b) Novamente a falta de interesse dos colonos em adquirir e cultivar as sementes de cânhamo (WEHLING, 2009);
- (c) A autonomia que os cativos conquistaram, especialmente se comparada a situação dos demais escravos do período. Isso facilitou para que eles se organizassem em núcleos familiares estáveis e permitiu a formação de uma rede de solidariedade que ganhava força sobretudo em momentos de conflitos com os administradores. Por assim dizer, os

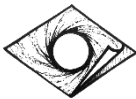




escravos souberam explorar os problemas administrativos da Feitoria para inviabilizar o regime de *plantation* no qual estavam inseridos (MENZ, 2003) (JOHANN, 2010).

Além da Real Feitoria em São Pedro do Rio Grande do Sul, Portugal tentou implantar a produção do cânhamo em outras capitanias. Por exemplo, em 1784, no Pará, o governador relatou, com poucos detalhes, certos problemas relacionados a produção do cânhamo. Como providência, naturalistas foram enviados para permanecer um tempo no local para investigá-los e solucioná-lo. Outro exemplo ocorreu na Capitania do Espírito Santo. Em 1780, o governador Inácio João Monjardim recebeu uma caixa contendo sementes de cânhamo. Para diversificar a produção agrícola, o então governador distribuiu as sementes entre os agricultores para que estes se responsabilizassem pelo cultivo (SANTOS e VIDAL, 2009). Contudo, não se sabe ao certo os desdobramentos dessa iniciativa, nem mesmo para quantos trabalhadores as sementes foram doadas ou se elas germinaram.

No início do século XIX, a Coroa portuguesa encomendou do médico brasileiro Manoel Arruda da Câmara um estudo sobre a fauna, a flora e sobretudo as possíveis riquezas naturais existentes nas capitanias da região Norte. O resultado de sua investigação deu origem a *Dissertação sobre as Plantas do Brasil, que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade, e suprir a falta de Cânhamo*, publicado em 1810 pela Imprensa Régia. Conforme o título sugere, o autor destacou a falta de cânhamo, especialmente em Pernambuco, onde o estudo se concentrou. O autor mapeou as plantas que, em substituição a este, poderiam ser empregadas na produção de tecidos, algumas delas, inclusive, mais fibrosas em sua opinião. Notadamente, entre as plantas regionais que receberam uma descrição minuciosa pelo autor estão os vários tipos de bromélias. De modo geral, o autor elencou uma série de vantagens dessas plantas de fibras flexíveis que, por crescerem naturalmente no ambiente, já estavam adaptadas ao solo e ao clima da região. Além disso, algumas delas já eram utilizadas por comunidades tradicionais. Apesar de todo esse estudo detalhado, até onde se sabe, a Coroa não realizou investimentos significativos na produção de cordoarias e tecidos a partir das fibras dessas



plantas. Uma peculiaridade desse estudo é que já identificava o cânhamo como uma planta pertencente à família da *Cannabis sativa*. (CÂMARA, 1810)<sup>4</sup>.

Contudo, é possível que esses projetos voltados à produção do cânhamo, tenham contribuído para que ele se espalhasse em diferentes regiões do Brasil. Por exemplo, no ano de 1824, Langsdorff em viagem à província de Minas Gerais, mais especificamente à vila de São João del-Rei, ressaltou que a extração do ouro era diminuta. No entanto, havia uma agricultura próspera baseada na produção do tabaco, do algodão, do açúcar e do café, bem como do cânhamo e linho, a partir do qual se produzia tecidos (MAWER, 1997, p. 43). Anos mais tarde, uma testemunha ocular ressaltou que na região de Sabará, também comarca de Minas, abundava a planta do chá de congonha (supostamente maconha), arrancada pelos tropeiros quando situada próximo às estradas (BURTON, 1983, p. 154).

### **3 a modernização do império: nova oportunidade econômica para o cânhamo**

No Segundo Reinado, 1840-1889, o Império brasileiro passou por um processo de reestruturação política e econômica. No campo político, Dom Pedro II centralizou o poder, ao mesmo tempo que rearranjou a estrutura financeira para o câmbio se adequar ao padrão ouro. Além disso, a emergência de normativas jurídicas, como a Lei Eusébio de Queiros, a Lei de Terras e o Código Comercial, todos de 1850, suscitou uma profunda transformação socioeconômica. Os recursos disponíveis, antes investidos na compra de escravos, foram investidos em outros setores econômicos, como o ferroviário, o varejista, o bancário, entre outros. Esses novos investimentos, por sua vez, contribuíram para a dinamização da economia e da sociedade. De modo geral, a política de desenvolvimento econômico articulava o crescimento de um mercado nacional com diferentes setores: o agrícola, o fábri e o mercantil.

Na segunda metade do XIX, o algodão e o açúcar, importantes produtos de exportação, enfrentavam forte concorrência externa. Diante disso, a elite imperial e o estado buscavam alternativas econômicas para superação da crise: estimulavam a

---

<sup>4</sup> Este material está disponível na Biblioteca digital da Câmara dos Deputados de Pernambuco: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22579>. Consulta em 27/06/2017



introdução de novas culturas agrícolas e, em paralelo, investiam no crescimento industrial. Focavam na implementação de técnicas industriais e maquinarias modernas. Nessa conjuntura, o cultivo de cânhamo para fins industriais se tornou economicamente viável.

### 3.1 produção do cânhamo em Pernambuco

Em Pernambuco, no último quartel do século XIX, o cânhamo começou de fato a integrar a indústria têxtil. Provavelmente essa inserção estava associada com as especificidades dessa Província nesse período. O complexo açucareiro passava por uma estagnação e a latência da crise foi tal que os senhores de engenho locais se viram obrigados a modificar alguns aspectos do seu setor produtivo. Uma consequência marcante é que boa parte dos engenhos se transformaram em usinas. Além disso, o processo de modernização não se restringiu ao setor usineiro: a nova conjuntura transbordou para o setor de transportes e levou a melhorias nas instalações portuárias de Recife. Esse cenário estimulou uma acentuada urbanização que, por sua vez, colaborou, ainda que indiretamente, para o desenvolvimento de outras atividades industriais, o que favoreceu uma diversificação da produção. Nesse contexto, novos setores econômicos como o têxtil ganharam força (OLIVEIRA, 2011, p. 11-25) e a cidade de Recife, por conseguinte, começou a abrigar um número significativo de instalações industriais desse ramo.

Diante disso, alguns empresários pernambucanos começaram a utilizar as fibras do cânhamo como matéria-prima para a produção têxtil. De modo geral, essa planta era utilizada para a fabricação de tecidos ou de produtos derivados, como cordas, cabos, sacos, fios de sapateiro, fios de fogueteiro e fios de velas. Além da iniciativa desses empresários, o governo corroborou com o cultivo do cânhamo em Pernambuco. Um exemplo disso é o anúncio da inspetoria agrícola federal do 5º distrito de Recife, que em 25 de novembro de 1924 tornava público que a entidade estava distribuindo sementes de milho, de feijão e de cânhamo. Estas podiam ser retiradas mediante o preenchimento de um formulário disponibilizado na mesma repartição. A chamada servia sobretudo para



informar os agricultores registrados no ministério da agricultura <sup>5</sup>. Esse tipo de ação, mesmo que de forma indireta, favorecia a produção de matéria-prima para as fábricas de cânhamo.

Um testemunho ocular declarou que na metade do século XIX já existia uma tecelagem de cânhamo e juta denominada R. Addobatti & Cia (PINTO, 1940, p. 50). Porém, afora o nome, ele não forneceu mais informações sobre ela, sequer sobre sua localidade. Não obstante, o presente trabalho conseguiu mapear com mais detalhes três fabricas dessa natureza. A primeira, a Companhia Fábrica de Estopa S.A, foi inaugurada em 1891. Seu prédio se localizava na rua Floriano Peixoto nº 662, em Recife. Com capital de 1.500:000\$000, funcionava com 117 teares e empregava 210 funcionários. No entanto, as buscas por outras informações restaram infrutíferas. Documentos da época declaram que ela se manteve como única competidora nesse mercado até 1903, quando surgiu a Companhia Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta<sup>6</sup>, cujos registros são mais abundantes e em razão disso pormenorizados na sequência da exposição.

### 3.1.1 Companhia Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta

Em 1903, um grupo de empresários fundou, em Recife, também na rua Floriano Peixoto, a Companhia Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta, que se configurava como Sociedade Anônima. De acordo com o artigo 3º do seu estatuto, “o fim que se (...) [destinava] a Companhia (...) [era] fiar e tecer juta, cânhamo e outras fibras, e fabricar saccos [sic] ”<sup>7</sup>, os quais se empregavam no emalo do café, da mamona, do açúcar, de cereais e de outros produtos comerciais da época. O prédio dos maquinários e o galpão de estocagem ficavam na mencionada rua pois era nas mediações da cidade que havia um amplo espaço para essas instalações. Já o escritório administrativo se localizava no centro (LUZ, 2008, p. 116). Ainda de acordo com artigo 4º, “o prazo para a [sua] duração (...) [seria] de 40 anos [sic] prorrogáveis por deliberação da assembléia [sic] geral de seus

---

<sup>5</sup> Várias. **Diário de Pernambuco**. Pernambuco. Nº 271. 21 de nov. 1925, p 3. Este material se encontra disponível online no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Material consultado em 22-05-2017.

<sup>6</sup> Título. **Diário do Poder Legislativo**. Pernambuco. Nº. 27 de fev. 1980, p. 3. Este material encontra-se disponível em <https://www.cepe.com.br>. Material consultado em 20-05-2017

<sup>7</sup> Publicações a pedido. Estatuto da Companhia Fábrica de tecidos de Canhamo e Juta. **Diário do Poder Legislativo**. Pernambuco. Pernambuco. 18 de jan. 1903, p. 02. Este material encontra-se disponível em <https://www.cepe.com.br>. Material consultado em 20-05-2017



acionistas”<sup>8</sup>. Conforme o artigo 5º, “o capital da companhia (...) [era] de 400: 000\$000 divididos em 2.000 acções [sic] de 200\$000 cada uma”<sup>9</sup>, que poderia ser aumentado também por deliberação. Nas fontes consultadas, não fica explícito os meios pelos quais a fábrica obtinha o cânhamo. Logo, não é possível saber se a opção por instalar as maquinarias e galpões nas “franjas da cidade” era porque a Companhia requeria o espaço para cultivá-lo ou simplesmente para estocá-lo quando adquirido do produtor. Por falta de informações mais acuradas, é inclusive admissível a concomitância entre o plantio e a compra.

O Relatório do primeiro ano de atuação da Fábrica informava aos seus acionistas que, em fevereiro de 1903, as primeiras produções nas máquinas de tear começaram de forma parcial e experimental; mas que, no fim de março daquele ano, fora produzido 54 peças de pano e 13.250 sacos. Os motores e aparelhos de gás, bem como a máquina de tecelagem e de preparo do pano, eram o que havia de mais moderno e aperfeiçoado. A fábrica fora inaugurada com 40 teares e poderia, com pouco dispêndio, colocar mais 20 em uso sem causar sobrecarga nos equipamentos existentes. Além disso, o edifício, as dependências, as máquinas, os fios e os panos – ou seja, praticamente toda fábrica e sua produção – eram protegidas por seguro contra incêndio, na importância de R\$ 240:000\$000<sup>10</sup>.

Ao que tudo indica, a Fábrica teve êxito logo em seus primeiros anos de atuação. Em 1908, segundo consta, a Companhia até ganhou medalha de bronze em exposição nacional ao concorrer na categoria fios e tecidos de linho, cânhamo, juta e aramina<sup>11</sup>. Parte desse bom desempenho possivelmente estava associado a uma certa demanda da época. Além do mercado local, a produção se dirigia a outros estados, como sugere as seguintes notícias. No dia 24 de novembro de 1904, no iate Itajay, 116 peças de juta e 1880 Kg de estopa dessa fábrica foram enviadas para a Paraíba<sup>12</sup>. Já no dia 29 de

---

<sup>8</sup> Publicações a pedido. Estatuto da Companhia Fábrica de tecidos de Cânhamo e Juta. **Diário do Poder Legislativo**. Pernambuco. 18 de jan. 1903, p. 02. Este material encontra-se disponível em <https://www.cepe.com.br>. Material consultado em 20-05-2017

<sup>9</sup> **Diário do Poder Legislativo**. Pernambuco. 18 de jan. 1903, p. 02. Este material encontra-se disponível em <https://www.cepe.com.br>. Material consultado em 20-05-2017.

<sup>10</sup> Publicações a Pedido. **Diário de Pernambuco**. Pernambuco. 14 de abr. 1904, p.02. Material disponível gratuitamente no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Material consultado em 22-05-2017

<sup>11</sup> Conforme registros encontrados no *Almanak Laemmert*. Disponível *online* gratuitamente em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>. Página 2379. Material consultado em 20 de agosto de 2017.

<sup>12</sup> Exportação. **Diário de Pernambuco**. Pernambuco. 25 de nov. 1904, p.02. Material disponível gratuitamente no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Material consultado em 22-05-2017



novembro de 1904, também no iate Itajay, mais 356 Kg de estopa se destinavam ao mesmo estado<sup>13</sup>. Esses exemplos colaboram com a hipótese de que a produção de sacarias de cânhamo e juta fomentaram, ainda que por um curto período, um comércio inter-regional. Entretanto, ao final, a Fábrica funcionou somente até o fim de 1931, ano em que abriu processo de falência. Não foram encontrados os reais motivos que levaram ao encerramento de suas atividades.

### 3.1.2 Companhia Fábrica Yolanda S. A.

Em 1925, a Companhia Fábrica Yolanda, localizada na avenida José Rufino nº13, entrou para o mercado de produção têxtil. De acordo com o artigo 1º de seu estatuto, “o objetivo da companhia (...) [era] a exploração de tecidos de cânhamo, juta brabantes [sic], cordoalhas e seus derivados”<sup>14</sup>. Segundo o artigo 3º, sua “sede (...) [era] a cidade de Recife, estendendo suas operações a todo o Brasil<sup>15</sup>”. Já o artigo 4º salientava que seu “prazo e duração (...) [seria] de trinta (30) 14nos [sic] a contar da data da escriptura [sic] de sua constituição definitiva, podendo esse prazo [sic] ser prorrogado por deliberação da Assembléia [sic] Geral<sup>16</sup>”. Conforme o artigo 5º, “o capital da companhia (...) [era] de 4 mil contos de réis (Rs. 4.000:000.000), integralizado desde logo, sendo parte, no valor de quinhentos contos de réis (Rs. 5.000:000.000)”<sup>17</sup>. Quando iniciou suas atividades, a Fábrica possuía 100 teares e empregava 350 funcionários<sup>18</sup>.

Tal como a Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta, não foram encontradas informações sobre como a Yolanda obtinha sua matéria-prima, ou seja, se plantava o cânhamo ou se o comprava de agricultores. O lucro líquido dessas fábricas, ou mesmo o valor do cânhamo e dos seus derivados no mercado nacional, são ainda desconhecidos,

---

<sup>13</sup> Exportação. **Diário de Pernambuco**. Pernambuco. 30 de dez. 1904, p.04. Material disponível gratuitamente no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Material consultado em 22-05-2017.

<sup>14</sup> Publicações Particulares. **Diário do Poder Legislativo**. Pernambuco. 28 de mar. 1937. p, 25. Nº 67. Este material encontra-se disponível em <https://www.cepe.com.br>. Material consultado em 24-05-2017

<sup>15</sup> Publicações Particulares. **Diário do Poder Legislativo**. Pernambuco. 28 de mar. 1937. p, 25. Nº 67. Este material encontra-se disponível em <https://www.cepe.com.br>. Material consultado em 24-05-2017

<sup>16</sup> Publicações Particulares. **Diário do Poder Legislativo**. Pernambuco 28 de mar. 1937. p, 25. Nº 67. Este material encontra-se disponível em <https://www.cepe.com.br>. Material consultado em 24-05-2017

<sup>17</sup> Publicações Particulares. **Diário do Poder Legislativo**. Pernambuco. 28 de mar. 1937. p, 25. Nº 67. Este material encontra-se disponível em <https://www.cepe.com.br>. Material consultado em 24-05-2017

<sup>18</sup> **Diário do Estado de Pernambuco**. Pernambuco. Nº. 67 de fev. 1980, p. 3. Este material se encontra disponível em <https://www.cepe.com.br>. Pernambuco. Nº. 27 de fev. 1980, p. 3. Este material se encontra disponível em <https://www.cepe.com.br>. Material consultado em 20-05-2017.



sobretudo por carência de fontes confiáveis que revelem o balanço mensal ou anual desses empreendimentos.

A despeito disso, conjectura-se que essas fábricas, pelos menos por algum tempo, eram um investimento até certo ponto rentável, uma vez que não eram exclusividade de Pernambuco e que tinham apoio governamental. Têm-se registros, por exemplo, sobre a existência de uma no Maranhão, a Companhia de Fiação F. Tecidos São Luiz, propriedade de Candido José Ribeiro<sup>19</sup>, e de outra em São Paulo, a Fiação de Cânhamo, Linho e Aramina, propriedade de Maggi Eurico<sup>20</sup>. Além dessas, há um documento que aponta para a tentativa de inaugurar uma em Maceió, no ano de 1930, a partir de isenção fiscal concedida pelo estado de Alagoas a seu proprietário, Pedro Garnnuba, por um período de cinco anos<sup>21</sup>. Apesar dessas iniciativas, aos poucos o linho cânhamo entrou em decadência e boa parte dessas fábricas fecharam.

### 3.2 Produção do cânhamo no Rio de Janeiro

Ao que tudo indica, Victorino Antonio de Perini foi quem introduziu a cultura do cânhamo no estado do Rio de Janeiro. Em 1902, ele encontrou uma “planta em estado selvagem” nas margens do São Francisco, na divisa da Bahia com Minas Gerais. Na ocasião, Perini colheu algumas amostras e as encomendou para estudos. De acordo com uma avaliação preliminar, nenhum trabalho botânico aparentemente se referia àquela planta: o colégio botânico de Ouro Preto e o Museu Nacional do Rio de Janeiro não conseguiram classificá-la. Depois disso, o próprio Perini estudou-a e analisou-a e concluiu que se tratava de uma espécie de origem indígena e, como ele achou que ela ainda não fora identificada, nomeou-a cânhamo *brasiliensis* Perini. Mais tarde, a planta ficou conhecida simplesmente como cânhamo Perini ou linho brasileiro (PERINI, 1905, p. 5).

Logo que informado sobre a descoberta, o governo estadual se interessou pela planta por considerá-la uma alternativa econômica viável. Isso porque, nos primeiros anos do século XX, a cultura cafeeira estava com excesso de área plantada, resultado de

---

<sup>19</sup> Conforme registros encontrados no Almanak Laemmert. Disponível online, gratuitamente, em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>. Pesquisa realizada em 20 de Agosto de 2017.

<sup>20</sup> Índice dos annuncios. Almanak Laemmert. 1909. P. 06

<sup>21</sup> Várias. **Diário de Pernambuco**. Pernambuco. 06 de abril. 1930, p 2. Este material encontra-se disponível online no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional. Material consultado em 27-06-2017



decisões tomadas em anos anteriores. Esse excesso causava uma crise de superprodução que resultou em uma significativa desvalorização do café e em uma consequente diminuição da arrecadação dos estados produtores<sup>22</sup>. Nesse contexto, o governo do Rio de Janeiro buscava possibilidades para superar essa crise e debatia sobre as alternativas econômicas existentes.

“É necessário fazer-se uma politica de previdencia que afaste a nossa lavoura das contingencias de um mercado estreito; é preciso crear uma riqueza nova, capaz de substituir em nossa economia o vácuo deixado pelo café: uma riqueza que encontre no mercado mundial e nas necessidades crescentes da industria moderna a garantia do capital. Essa indústria é a das fibras texteis. Estou convencido de que o futuro agricola do estado do Rio está nessa cultura de largos horizontes e que ella por si só offerece vasto campo à actividade de seus habitantes; reerguendo em mais solido pedestal o nosso grandioso passado”<sup>23</sup>.

A mensagem do então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Doutor Alfredo Backer, enviada para a Assembleia Legislativa em seu primeiro ano de mandato, e retomada no ano de 1908, revela preocupação com o futuro da lavoura do café e os problemas que as diminuições na arrecadação geravam aos cofres públicos. Diante disso, o governo incentivava outros produtos agrícolas que pudessem despontar economicamente<sup>24</sup>.

Além da crise do café, o Brasil iniciava o século XX com dificuldade de abastecimento em diversos itens básicos. O papel era um desses produtos. Assim, o estado do Rio de Janeiro também pretendia realizar investimentos em matérias-primas que o produzisse. O objetivo era se tornar uma referência nessa indústria. Para tal o governo estadual investiu em pesquisas na flora fluminense visando descobrir plantas que

---

<sup>22</sup> MENSAGEM do Doutor Alfredo Backer à Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Commercio. 1907 p. 39. Disponível gratuitamente no site da Hemeroteca da Biblioteca nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.1908. P. 39

<sup>23</sup> MENSAGEM do Doutor Alfredo Backer à Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Commercio. 1908 p. 39. Disponível gratuitamente no site da Hemeroteca da Biblioteca nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>24</sup> MENSAGEM do Doutor Alfredo Backer à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Commercio. 1908 p. 39. Disponível gratuitamente no site da Hemeroteca da Biblioteca nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>





suprissem essa demanda. Junto com o gravatá de rede, a piteira, a aninga, o ubá, o cânhamo despontava como uma alternativa<sup>25</sup>.

Visando o desenvolvimento do cultivo de cânhamo, tal como acontecia em Pernambuco, o estado do Rio de Janeiro também disponibilizava sementes para os agricultores que se interessassem. Para suprir esse fornecimento, o estado cultivava cânhamo no Horto Botânico de Niteroy<sup>26</sup>. Além da distribuição de sementes, o governo, por meio de decretos, oferecia premiações em dinheiro para quem, a partir de cânhamo Perini, confeccionasse tecidos, cordoalha e papel. Por exemplo, no Decreto nº 1.015 de 1907, o estado ofertava uma quantia de 30:000\$000 contos de reis. Ademais, um dos principais incentivos foi concedido à empresa J. Knight & Perini: em contrapartida a exploração de fibras de “cânhamo Perini”, o estado cedeu a empresa uma propriedade pública, a Fazenda Boa Vista, para o cultivo da planta.

### 3.2.1 Firma J. Knight & Perini

Em 20 de abril de 1904, Victorio A. de Perini patenteou o uso industrial do cânhamo que ele “descobrirá”. Sua patente, nº 4.079, era válida por 15 anos. Além disso, para explorá-la comercialmente, ele fundou a empresa J. Knight & Perini. Por meio desta, ele conseguiu a concessão da Fazenda Boa Vista, como visto há pouco. Além desse espaço, a empresa Perini contava ainda com estabelecimentos em Rodeio e em Niteroy, locais onde foram montados uma parte do complexo industrial para realizar o plantio e o beneficiamento da matéria-prima<sup>27</sup>.

No ano de 1905, Perini publicou um documento no qual registrou diversas informações sobre o cânhamo brasiliensis: aplicações, dicas de cultivo, investimentos, a indústria do cânhamo no mundo, entre outras<sup>28</sup>. Por exemplo, nesse documento consta que o capital necessário para a preparação de uma plantação de 1.000.000 de metros

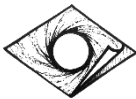
---

<sup>25</sup> Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Relatório Apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro do estado da Agricultura, Industria e Commercio Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. Rio de Janeiro. V.1. Officinas da Directoria geral de Estatistica. 1910.p, 120.

<sup>26</sup> MENSAGEM do Doutor Alfredo Backer à Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Commercio. 1907 p. 57. Disponível gratuitamente no site da Hemeroteca da Biblioteca nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>27</sup> Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. 1908

<sup>28</sup> Uma versão deste documento é comercializada pela Amazon com o título: “Canhamo\_Brasiliensis\_Perini\_Or\_”  
“brazilian Linen”: Prospectus And Explanatory Notice Regarding The Cultivation Of The Above Plant And Its Application To The Textile And Paper Making Industries...”



## **Cultivo Do Cânhamo No Brasil – Lillian da Rosa**

quadrados não deveria exceder 120:000\$000 contos de réis e que, aos poucos, o capital despendido inicialmente seria reembolsado e se tornaria uma reserva para ajudar no pagamento de instalações, de salários e de outras despesas. Ainda de acordo com o referido documento, a maquinaria deveria ser capaz de preparar 1.000 quilos de fibra por dia sem exceder o valor de 18:000\$000 contos de réis. Além disso, para o plantio, o cultivo e a colheita da safra, as principais estruturas e maquinarias eram:

- 1) Máquina de semear, arados, grade, rebanho bovino, mão-de-obra e demais implementos agrícolas.
- 2) Solo de secagem, tanques de água, armazéns, carros para transporte e outros, de acordo a necessidade e aumento do negócio. Os armazéns, em especial, devem ser largos uma vez que a planta em estado verde é volumosa e de ótimo peso.

O cultivo de cânhamo era considerado promissor porque a planta apresentava um ciclo de produção curto, até três safras ao ano. Além disso, a estimativa era de que 1.000,000 metros quadrados de planta *in natura* renderiam cerca de 363.300 toneladas. Como exemplo, as fotografias abaixo mostram plantações de cânhamo da empresa J. Knight & Perini. Conforme uma das legendas originais, a plantação ocupava uma área de 40.000 metros quadrados e a planta alcançava de 4 a 5 metros de altura.



## Cultivo Do Cânhamo No Brasil – Lillian da Rosa



CANHAMO BRAZILIENSIS

Five months growth — Height 4 to 5 metres

PLANTATION OF 4,000 SQUARE METRES



CANHAMO BRAZILIENSIS

GENERAL VIEW. — 4 MONTHS GROWTH

Figura 1: Imagens das plantações da empresa J. Knight & Perini.



Perini afirmava que as fibras de cânhamo, por serem resistentes e flexíveis, suportavam os processos de branqueamento e tintura, comuns na produção de tecidos. Além disso, segundo ele, seus resíduos poderiam ser empregados na fabricação de papel, versatilidade que o atraía, uma vez que um de seus objetivos era utilizar essa matéria-prima para esse tipo de fabricação. Perini dizia que, enquanto quase todas as nações civilizadas possuíam fábricas de papel com fibras de celulose, o Brasil não despontava para isso, mesmo com abundância de matérias-primas naturais. Sua insatisfação devia-se porque, até aquele momento, o Brasil produzia papéis rudimentares destinados só para embalagens comuns. Os papéis brancos, destinados a escrita e mais valorizados, eram todos importados.

Perini estava seguro quanto ao sucesso da indústria do cânhamo. Sua certeza o levava a afirmar que ele estava disposto a ceder seus direitos de Patente (Lei nº 4099) e sua supervisão técnica para todos aqueles que tivessem interessados em investir nesse cultivo – podendo ser o estado do Rio ou associações comerciais. Para fazer usufruto de sua patente, o custo era de 5% do lucro líquido, garantidos por lei. De certa forma, essa disposição revela o interesse desse industrial em investir nesse ramo produtivo.

Aos poucos, o cânhamo Perini ganhava notoriedade para além do estado do Rio de Janeiro. No dia 09 de janeiro de 1907, o jornal O Pharol, de Minas Gerais, informava seus leitores sobre as vantagens do cultivo desse cânhamo. Além disso, o jornal também descrevia detalhes dos empreendimentos da J. Knight & Perini. Por exemplo, de acordo com a publicação, na fazenda de Rodeio havia uma área de 50.000 metros quadrados com uma plantação, enquanto que na fazenda Boa Vista havia uma área de 2.000.000 metros quadrados que se destinava a receber outra. A matéria também ressaltava que as máquinas e as ferramentas para a produção foram importadas da Europa, procedentes de países distintos: as bombas e os aparelhos hidráulicos, da Inglaterra, e os trituradores, as cardas mecânicas e outras máquinas, de Belfast, embora inspiradas no modelo belga<sup>29</sup>.

Não se sabe ao certo em que momento a empresa J. Knight & Perini adquiriu o maquinário e nem quando realizou as instalações. De modo geral, não foi encontrado detalhes mais consistentes sobre o seu funcionamento. Documentos oficiais do estado do Rio de Janeiro sugerem que Perini encontrou dificuldades de natureza diversa, incluindo

---

<sup>29</sup> Exposição e commercio. O Pharol. Juiz de Fora. 09 de janeiro de 1907, nº 318, p. 1-2. Matéria disponível gratuitamente na internet. Consultado em 16-04-2018.



um incêndio que destruiu a fábrica montada em Rodeio, de tal modo que a empresa J. Knight & Perini iniciou o ano de 1908 paralisada<sup>30</sup>. Por fim, também convém observar que não foram encontrados documentos que revelem quando o empreendimento deixou de existir.

### 3.3 Produção do Cânhamo em São Paulo

Como Pernambuco e Rio Janeiro, São Paulo tentou viabilizar o cultivo de cânhamo para fins econômicos. No início do século XX, com a crise da lavoura cafeeira, o estado buscava diversificar a sua produção agrícola para diminuir a sua dependência do café. O incentivo em pesquisas sobre plantas economicamente viáveis se tornou patente e, com isso, os gêneros que até então exerciam um papel secundário na economia, sobretudo os que eram utilizados na fabricação de sacarias para embalar o café, protagonizaram uma tentativa de substituição de cultura (FERREIRA, 2017, p. 2). Novamente, o cânhamo estava entre as plantas testadas.

#### 3.3.1 O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC)

Fruto das mencionadas pesquisas, um estudo de 1990, publicado na revista Boletim da Agricultura<sup>31</sup> e de autoria de Gustavo Rodrigues Pereira D’Ultra, então diretor do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), afirmava que existia somente uma espécie de cânhamo no mundo, o que contradizia a opinião de alguns especialistas sobre o assunto. O que existia, segundo o autor, eram diferentes variedades, dentre as quais se destacavam algumas facilmente cultiváveis e próprias para a tecelagem.

- a) Cânhamo grande: cresce até 3 metros e é uma boa variedade;
- b) Cânhamo gigante ou chinês: se desenvolve muito, chegando a crescer a uma altura superior a 6 metros;
- c) Cânhamo *árabe*: raramente ultrapassa 1,20 metros. Além de produzir fibras, essa planta também é utilizada, em alguns países, na produção de haschiche;
- d) Cânhamo de *Anjou*: assim como a denominação cânhamo do *Piemonte*

---

<sup>30</sup> MENSAGEM do Doutor Alfredo Backer à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Typ. Do Jornal do Commercio. 1908 p. 40. Disponível gratuitamente no site da Hemeroteca da Biblioteca nacional. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>31</sup> Esse periódico era uma publicação da Secretária da agricultura, comércio e obras públicas do estado de São Paulo



## Cultivo Do Cânhamo No Brasil – Lillian da Rosa

crece muito no Brasil e é considerado como um dos melhores. Na Europa seus grãos são vendidos à razão de 1 fr., 80 por kilograma;

- e) Cânhamo da *Índia*: suas sementes apresentavam os maiores preços. Eram vendidas na França à razão de 10 frs por quilograma. As sementes de outras variedades, normalmente custavam a metade do seu preço;

O IAC realizou projetos experimentais no campo de Nova Odessa com ao menos duas espécies de cânhamo: o da Índia e o Perini. O relatório publicado no Boletim de Agricultura de 1911 descreve os seguintes resultados: o cânhamo da Índia se ramificou pouco na base e atingiu 1 a 2 metros de altura; depois de 4 a 5 meses de cultivo, ele rendeu em torno de 1.300 kg de fibras e produziu 1.400 Kg de grãos de sementes por hectare; já o cânhamo Perini se adaptou em terrenos sílicos-argilosos e de fertilidade média; produziu até 2 cortes com um intervalo de 3 a 4 meses; ele rendeu aproximadamente 2.000 Kg de fibra no primeiro corte e cerca de 1.000 a 1.200 no segundo (FERREIRA, 2017, p. 16). A foto abaixo mostra uma plantação de cânhamo existente no campo de Nova Odessa, nos anos de 1905 a 1910. Além das tentativas de Nova Odessa, o IAC também realizou experimentos com cultivo de cânhamo da Índia na fazenda Santa Elisa, entre 1910 a 1920<sup>32</sup>. Contudo, exceto a sua existência, não foram encontradas maiores informações sobre esse empreendimento.

---

<sup>32</sup> Arquivo CMU. Fundo/Coleção: Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Item: 01557-6



Figura 2: Plantação de cânhamo em Nova Odessa (1905-1910)<sup>33</sup>

### 3.3.2 Iniciativas particulares

Na década de 1930, o Brasil passava novamente por um período de crise política e econômica, o que possibilitou a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Ao longo de seus governos, Vargas modificou o sistema administrativo-político e descentralizou o poder político. Além disso, engendrou uma série de reformas administrativas e criou órgãos de planejamento para o desenvolvimento industrial do país. Uma das estratégias foi incentivar pesquisas sobre a diversificação agrícola e o uso de matérias-primas que pudessem ser aproveitadas na indústria.

As fibras brasileiras que possam substituir, em condições similares, as importadas foram objeto de estudos fitogeográfico e de exames

---

<sup>33</sup> Arquivo CMU. Fundo/Coleção: Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Item: 01268



## Cultivo Do Cânhamo No Brasil – Lillian da Rosa

estruturais, físicos, químicos, e bem assim, de investigações referentes à sua aplicação industrial. A guaxima (*Urena Lobata L.*) a papoula de São Francisco (*Hibiscus cannabinus L.*) e a juta paulista (*Hibiscus Ritaibelifolius K.*) merecem especial atenção, elaborando-se várias monografias a respeito de cada uma delas. Esses estudos abrangem todos os aspectos de interesse botânico e industrial dessas plantas, cuja celulose foi também examinada, visando o seu aproveitamento para a pasta de papel<sup>34</sup>.

A mensagem presidencial de Vargas, ao poder legislativo em 1935, retoma o discurso sobre a falta de industrialização. A mensagem revela que a fabricação de papel e a utilização têxtil das fibras ainda eram motivos para pesquisas e incentivos do estado. Citado como papoula de São Francisco, um dentre os seus vários jargões, o cânhamo era uma das plantas mencionadas no discurso.

Possivelmente, esse incentivo público influenciou a iniciativa privada a realizar investimentos para cultivá-lo. Em São José dos Campos, foram plantados alguns campos de Papoula de São Francisco (*Hibiscus Cannabunus*). Em um primeiro momento, as plantas foram cultivadas basicamente para multiplicar suas sementes. Só depois que a produção se voltaria para a produção de fibras. Em 1937, por exemplo, foram plantados 4 alqueires paulistas (9,68 hectares). Dado o sucesso do cultivo, em 1938, a área plantada aumentou para 18 alqueires (43,56 hectares), os quais produziram 7.500 quilos de fibras, que foram vendidas pelo valor de 4\$ por quilo a uma fábrica de tecidos de Juta localizada no Distrito federal. Além disso, também foram colhidos cerca de 15.000 quilos de sementes, das quais 10.000 quilos foram cedidos ao Ministério da agricultura para distribuir entre potenciais interessados. Ainda de modo experimental, no ano de 1939, os particulares investiram na produção de fibras. A área plantada foi 85 alqueires paulistas, cerca de 205,7 hectares. A expectativa era que essa extensão de território produzisse pronta 120. 000 quilos de fibras de ótima qualidade (POETZSCHER, 1940, p. 64-65).

Segundo registros, a preparação da terra, o plantio e o corte da plantação foram feitos com auxílio de máquinas. No entanto, um dos maiores problemas enfrentados pelos agricultores estava relacionado a maceração do cânhamo, ainda realizada manualmente. Esse processo exigia mão-de-obra abundante, o que tornava o empreendimento bastante dispendioso (POETZSCHER, 1940, p. 66). Isso sugere que, apesar dos esforços do

---

<sup>34</sup> MENSAGEM de Getúlio Dornelles Vargas ao poder Legislativo. 1935. p. 133.



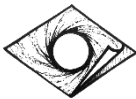


## **Cultivo Do Cânhamo No Brasil – Lillian da Rosa**

estado e dos particulares para diversificar a produção e modernizar a agricultura, na prática, esse processo ocorria de modo lento e não atingia, de maneira uniforme, todas as esferas da produção.

### **4 Conclusão**

De certa forma, os exemplos trabalhados ao longo do texto revelam mais a falta de pesquisa sobre o tema do que as especificidades dessas iniciativas. Ou seja, existe uma grande lacuna na historiografia brasileira acerca do entendimento sobre os projetos de produção do cânhamo no Brasil, tanto em relação às iniciativas próprias do Estado quanto em relação aos investimentos de particulares. Dos registros trabalhados, infere-se que ao menos ocorreram várias tentativas. No entanto, alerta-se para a necessidade de compreender melhor o papel desta cultura agrícola na econômica brasileira, bem como, os motivos que impediram que o cânhamo emplacasse como um produto econômico relevante, tal como ocorreu em alguns países da Europa.



REFERÊNCIAS

- ALVES, I. C. **Trabalhos e estudos sobre a agricultura de plantas produtoras de fios no Brasil Colônia**. São Paulo, p. 101. 2007.
- BRANDÃO, M. D. O problema público da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 7 , n. 4, p. 703-740, 2014.
- BRAUDEL, F. **O Mediterraneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, v. 1, 1995.
- BURTON, R. **Viagens aos planaltos do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, v. II - 375, 1983.
- CÂMARA, M. A. D. **Dissertação sobre as Plantas do Brasil, que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade, e suprir a falta de Cânhamo**. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1810.
- CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 314-317, 2006.
- DONALD, P. **O homem no vale do São Francisco**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: SUVALE, v. 3, 1972.
- FERREIRA, D. S. QUAL A CULTURA PARA SUBSTITUIR A DO CAFÉ? A BUSCA PAULISTA POR UM SUCEDÂNEO. **REVISTA DESENVOLVIMENTO, FRONTEIRAS E CIDADANIA**, p. 01-27, 2017.
- JOHANN, F. **Nas Tramas dos Escravos de sua Majestade: O batismo e as redes de compadrio dos cativos da Real Feitoria do Linho Cânhamo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 56. 2010.
- LI, H.-L. An archeological and historical account of Cannabis in China. **Economic Botany**, v. 28, p. 437-448, 1974.
- LUZ, N. M. Q. P. D. **Os caminhos do olhar: Circulação propaganda e humor em Recife - 1880-1914**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 324. 2008.
- MCPARTLAND, J. M.; CLARKE, R. C.; WATSON, D. P. **Hemp diseases and pests: management and biological control - an advanced treatise**. Vermont: University of Vermont, 2000.
- MENZ, M. M. **Os escravos da feitoria do linho cânhamo: um estudo preliminar**. anais da "III Jornada de História Econômica". Montevideo: [s.n.]. 2003. p. 24.
- MENZ, M. M. Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. **Afro-Asia**, Salvador, v. 32, 2005.
- MIRANDA, M. E. **Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial**. Porto Alegre: Ministério Público do Estado do RS / Corag, 2000.
- OLIVEIRA, L. P. D. **Estrutura e evolução de capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva**. Unicamp. Campinas, p. 224. 2011.
- PERINI, V. A. D. **Canhamo Braziliensis Perini or "Brazilian Linen": Prospectus and explanatory notice regarding the cultivation of the above plant and its application to the textile and paper marking industries**. Rio de Janeiro: Amazon, 1905.
- PINTO, E. **Associação comercial de Pernambuco**. Recife: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1940.
- POETZSCHER, J. **A juta no Brasil e no mercado mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.



SAAD, L. G. **FUMO DE NEGRO: A CRIMINALIZAÇÃO DA MACONHA NO BRASIL (c. 1890-1932)**. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Salvador, p. 147. 2013.

SAES, A. M. **Industrialização e política local: constrangimentos Nacional de Tecidos de Juta no início do século XX**. XIII Encontro de História Anphu - Rio. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2008. p. 9.

SANTOS, L.; VIDAL, S. Boletim Drogas e Violência no Campo. **koinonia presença ecumênica e serviço**, 2009. Disponível em:  
<[http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod\\_artigo=341&cod\\_boletim=31](http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=341&cod_boletim=31)>. Acesso em: 29 junho 2016.

SILVA, A. **Rafael pinto Bandeira: de bandoleiro a governador - relações entre os poderes público e privado em Rio Grande de São Pedro**. UFRGS. Porto Alegre. 1999.

WEHLING, A. **Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande do Sul**. Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. 2009.